

**Alberto da Costa e Silva, *A MANILHA E O LIBAMBO.*
A África e a escravidão, de 1500 a 1700**

José Capela

Depois de *A Enxada e a Lança – A África antes dos Portugueses*¹ Alberto da Costa e Silva acaba de publicar *A Manilha e o Libambo – A África e a Escravidão, de 1500 a 1700*. O primeiro com 810 e o segundo com 1071 páginas. Duas obras de fôlego que percorrem a história da África subsaariana nos períodos e nos desenvolvimentos em que ela mais tem a ver com a interferência dos portugueses. A dimensão ciclópica do tempo, do espaço e dos povos contemplados reflectem-se na dimensão física das obras, observação que, em si mesma não implica qualquer tipo de valoração mas facto que traduz o espírito e a capacidade do autor, atento simultaneamente à envergadura dos problemas postos e à minúcia das circunstâncias e dos significantes susceptíveis de os explicarem. Além do mais, a leitura destas obras transforma-se em exercício de perspicácia acompanhando o autor na invocação das mais variadas causas conhecidas ou meramente prováveis dos acontecimentos. A primeira das duas obras enumeradas começa na pré-história do continente africano e termina em 1500. Tratamos aqui da segunda que, de alguma maneira, pretende ser continuação da primeira, conforme explicita o autor: «[...] um esboço de história da África subsaariana, entre 1500 e 1700, com ênfase na escravidão e no comércio de escravos. Como *A enxada e a lança* a que dá sequência [...]».

Prevalendo-se de uma biografia exaustiva, o autor aborda as diversas formas estudadas de escravidão: sistemas tradicionais de

¹ 1ª edição, 1992. 2ª. Edição, revista e ampliada, 1996, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro. Alberto Costa e Silva

cativeiro, o escravismo colonial e os vários tipos de tráfico que os alimentaram e de que viveram. Dir-se-ia que sob formas as mais diversas a escravidão foi uma constante na generalidade dos povos considerados. Ao tratá-las o autor não deixa de prolongar a sua análise até às consequências que a escravização e o tráfico tiveram nos seus promotores externos. Em particular a subversão que o tráfico colonial moderno provocou em valores e propósitos, condicionando o restante comércio, induzindo novas e trágicas políticas e contribuindo substancialmente para a globalização capitalista.

Das muitas reflexões a que Costa e Silva recorre como propostas de solução para os problemas postos recolho uma que se me afigura prevalecer-se do lugar comum segundo o qual a escravidão implica necessariamente rejeição afectiva, violência física, exploração material da parte do senhor. Recorrendo a Karl Jacoby (para quem a domesticação de animais durante o Neolítico terá levado à escravização de seres humanos) Costa e Silva inverte os termos da equação: não terá sido a experiência de escravizar homens que terá sido aplicada à domesticação de animais? Tanto mais que povos houve que praticaram a escravidão sem terem domesticado animais. A questão, tal como é colocada, pareceria insinuar (se tal não fosse desmentido em outras passagens) que estava posta de parte a modalidade de escravização que comprovadamente terá sido a mais constante ao longo da história da instituição em muitas partes de África, dias de hoje incluídos: a escravatura que há quem designe por simbiótica. Aquela que é suposto ser de interesse de ambas as partes, senhor e escravo, como tal acordada, muitas vezes sujeita a contrato formalizado, outras tantas sacralizada com ritual apropriado. Tipo de escravidão frequente nas civilizações antigas, os europeus foram encontrá-lo em África e europeus e africanos adoptaram-no conjuntamente e tranquilamente. Neste caso o europeu prevalecendo-se sempre do estatuto senhorial. Para o período que a obra se propõe abarcar esta era a modalidade de cativeiro mais comum em algumas partes de África como averiguadamente era o caso em grande parte do território que compõe o Moçambique actual. Como refere o autor para os Cheuas da Macanga.

É claro que se admitimos que o escravizado, muitas vezes não é utilizado como força de trabalho, outras tantas desempenha funções nobres e acaba por ser totalmente inserido na sociedade que o apropria – nestas circunstâncias pode continuar a falar-se de escravo? Como facilmente se compreende, trata-se de uma falsa questão. A

verdadeira questão não reside nos acidentes que acompanham o percurso do indivíduo capturado por outrem. Residem, isso sim, naquilo que é essencial à sua qualidade de pessoa humana inapropriável. Embora lhe não seja totalmente subtraído o livre arbítrio passa à condição de semovente transacionável e hereditário. Como, aliás, acentua o autor quando trata da definição de escravidão: «Em primeiro lugar, o escravo é propriedade do amo».

Onde se afigura especialmente percutente a análise de Costa e Silva é em quanto respeita ao impacto que a escravidão exerceu nas sociedades africanas após os portugueses terem implantado o tráfico transatlântico. Como «rapidamente passaram de compradores de escravos a intermediários de um comércio intra africano de mão-de-obra». Cumulativamente como transformaram o escravo em meio de troca quando este passou a ser a mercadoria mais apreciada para obter o ouro da Mina. As fortalezas e feitorias ao longo da costa constituíram entrepostos tão importantes para o comércio de cabotagem como para o tráfico transatlântico.

Costa e Silva presenteia-nos com não poucos pontos de vista muito próprios se não revestidos de ineditismo que nem sempre se limita à formalidade. A apresentação de lances e acontecimentos é sempre enriquecida com a envolvimento física e mental que lhe empresta (à apresentação) uma ilusão fílmica. Os agentes dos «descobrimientos» assim como os povos «descobertos» são confrontados com as mentalidades e morfologias respectivas de onde ressalta não somente o pícaro aos olhos de hoje como se nos sugere o tipo de identificação mútua por ocasião desse primeiro encontro. Não invoca nenhuma autoridade. Afirma. Quanto a mim afirma bem: «E como cheiravam mal os que desciam dos escaleres para a praia! O branco fedia a defunto – e fedia carne podre até hoje. Naquela época, quando só raramente se banhavam – e quase nunca nos barcos – o mau odor dos portugueses devia ser acentuado pelas roupas pesadas, que, nos marinheiros e soldados, não se trocavam desde o início da viagem. As condições higiénicas nos navios eram mais do que precárias: os seus cascos tresandavam a urina, fezes, inhaca, ratos mortos e comida estragada, e seus tripulantes vinham cheios de pulgas e piolhos».

Também contra a corrente segundo a qual o comércio entre europeus e africanos não passava de embuste em que os primeiros se limitavam a impingir aos segundos quinquilharias inúteis, o autor afirma claramente que «quando um negociante africano dava

almiscar por búzios ou por contas de vidro, não estava a ser enganado; obtinha o produto que queria».

Não se trata de recurso gratuito ao picaresco. É uma aposta criteriosa de análise aplicada a factos históricos que muito pode contribuir para limpar a historiografia subordinada ao consagrado paradigma epopeico. Critério que permite e impõe a justa ênfase atribuída à apresentação de bens materiais, também meios de troca, de produção africana, como é caso de metais e tecidos.

No que respeita à conversão do Congo ao Cristianismo somos postos face a conjecturas que se afiguram deveras estimulantes. Porque de conjecturas se trata é de salientar a proposta de um eventual paralelo entre o que se passou no Congo e o que aconteceu com as conversões dos povos ao cristianismo ao longo dos séculos. De notável perspicácia e, naturalmente, revelador do conhecimento da cultura e da idiossincrasia bantas é a evidência emprestada à adequação entre as crenças tradicionais bantas e as crenças cristãs. A missão que sucedeu àquela que foi levada até à África pelos portugueses confirmá-lo-ia cabalmente.

Parece-nos indispensável salientar o facto de esta obra se não limitar, mais em sua representação do que em seu tema, à exclusividade da escravidão em África. O habitual é tratar-se a escravidão como um acontecimento, uma instituição, um sistema a cuja importância no desenvolvimento da história se dá maior ou menor relevo. Um factor entre muitos. Mas não é habitual e é talvez inédito que se faça a historiografia de África tomando a escravidão como charneira da sua história. O autor não erigiu em tese o estatuto de charneira da história de África atribuído à escravidão. Fá-lo-íamos nós ao lê-lo porventura com as distorções que os entusiasmos sempre provocam. Também não seria preciso afirmá-lo expressamente quando a evidência ao longo do texto se nos impõe de forma irrecusável.

A envergadura física do tratado é compensada por uma escrita em que o autor nos devolve um português simultaneamente e classicamente terso e colorido. Que a historiografia se pode valer do humor e rechaçar o fastídeo, fica aqui provado, se tanto é necessário. Quando descreve o autor é panorâmico, quando sintetiza – «A verdadeira competição dava-se entre o camelo e a caravela» – é decisivo.